



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
JORNAL IMPRESSOS

SUBVENÇÃO

Correio de Sergipe - 21 a 24/04/2017

Deputado Zezinho Guimarães tem bens bloqueados pela Justiça

A Justiça de Sergipe tornou inacessíveis os bens do deputado estadual Zezinho Guimarães (PMDB). A decisão partiu do juiz João Hora Neto, da 21ª Vara Cível de Aracaju, após ação civil de ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual (MPE). O parlamentar é réu de um processo que investiga a destinação de recursos públicos (verbas de subvenção) para entidades fictícias. À imprensa, o deputado informou que na próxima semana se apresentará ao juiz Hora Neto, acompanhado de advogado, para analisar a questão e apresentar defesa. Zezinho Guimarães garante que já está beneficiado por decisão de instância superior.

Conforme ação do MPE, ficou constatada que a Associação Comunitária Pedro Ferreira dos Santos, indicada pelo deputado para receber o valor de R\$ 50 mil no ano de 2014, não passava de uma entidade fictícia. Nas investigações, ficou comprovado que o endereço dado da Associação era na verdade da residência da mãe do presidente da entidade, Augusto César Cardoso. "Conclui o MPE que o réu, então



■ Zezinho diz que decisão de instância superior o beneficia

deputado estadual José de Oliveira Guimarães, de forma dolosa, destinou ilícitamente o repasse de dinheiro público para uma instituição inidônea, em detrimento do interesse público, o que caracteriza ato de improbidade", destaca um trecho contido na sentença.

Um dos pontos destacados na decisão do magistrado está o fato de ter ocorrido dificuldade de localizar e notificar o parlamentar. Em decisão, o juiz revela que, de acordo com os autos, quando o MPE solicitou, o deputado não se manifestou. O parlamentar retrucou: "Sempre estou

na Assembleia Legislativa, todo dia estou em casa. É estranho isso. Vou me defender".

Outros três réus também tiveram bens indisponíveis pela Justiça. São eles: o presidente da Associação, Clécia Helena Mendonça Nascimento Guimarães e José Domingos dos Santos. Para falar sobre o assunto, o Correio de Sergipe tentou contato, mas sem sucesso até o fechamento desta edição.

• Em xeque

Nesta ação, está em "xeque" pelo Ministério Público Estadual a destinação das verbas de subvenções disponibilizadas pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) – que conta com indicação do parlamentar em questão – para a Associação Comunitária Pedro Ferreira dos Santos.

"Nenhuma parte dos recursos repassados teve efetivamente seu destino devidamente identificado, prevalecendo a emissão de cheques nominais ao próprio presidente da entidade e o posterior saque no caixa, com a movimentação do dinheiro em espécie", relata trecho da ação judicial.